

# Sangue, suor e empoderamento: intervenções psicossociais com jovens estudantes numa cidade do extremo sul baiano

## RESUMO

**Paula Rita Bacellar Gonzaga**

E-mail: paularitagonzaga@gmail.com  
Universidade Federal do Sul da  
Bahia, Teixeira de Freitas, Bahia,  
Brasil.

**Paola Damascena Possari**

E-mail: pdp.possari@gmail.com  
Universidade Federal do Sul da  
Bahia, Teixeira de Freitas, Bahia,  
Brasil.

**Leticia Ferreira da Silva**

E-mail: leehferreira18@gmail.com  
Universidade Federal do Sul da  
Bahia, Teixeira de Freitas, Bahia,  
Brasil.

**Juscimara Cavalho Pereira**

E-mail: juscimaracp@gmail.com  
Universidade Federal do Sul da  
Bahia, Teixeira de Freitas, Bahia,  
Brasil.

O presente artigo discorre sobre a experiência Projeto de Extensão: “Sangue, Suor e Empoderamento: oficinas sobre saúde e auto- conhecimento corporal para adolescentes e mulheres estudantes da rede pública de Teixeira de Freitas – BA” submetido ao edital 14/2018 da Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social (PROSIS) da Universidade Federal do Sul da Bahia. A proposta parte da concepção de saúde ampliada para pensar como a estigmatização da menstruação, a redução da sexualidade feminina a reprodução e a imposição dos padrões de beleza têm reverberado em impactos danosos à saúde de adolescentes e mulheres numa cidade do extremo sul baiano. A partir de aportes teóricos da psicologia social, das teorias descoloniais e das produções de intelectuais do feminismo negro avançamos numa proposta de intervenções psicossociais junto a estudantes da rede estadual de ensino, objetivando diluir as distâncias entre universidade e ensino escolar, produzir ressignificações sobre tabus menstruais, métodos contraceptivos, prevenção a infecções sexualmente transmissíveis e auto estima, além de incentivar que estas se apropriem do espaço universitário. Essa proposta é de alta relevância social, pois considera fatores pouco abordados na academia e que implicam diretamente na saúde das mulheres brasileiras, como o medo e os constrangimentos que são associados à menstruação, a redução da sexualidade e a negação da possibilidade de vivência sexual não reprodutiva e ainda os impactos de viver numa sociedade altamente modelar que normatiza padrões estéticos desconsiderando a variedade de corpos, cores e aparências que são características do nosso país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Menstrual. Saúde Sexual. Intervenções Psicossociais. Saúde mental. Mulheres estudantes.

## INTRODUÇÃO

Quando afirmou que não nascemos mulheres, mas tornamo-nos, Simone de Beauvoir (1945) lançou à todas as mulheres um desafio que não superamos ainda – talvez isso explique o fato da frase ter se tornado célebre e inesquecível – Como se torna mulher? O que é uma mulher? Quais relações de poder, de tempos em tempos, configuram e reconfiguram o significado desse substantivo? Arvoramos em uma empreitada sobre essas questões, o que faz com que jovens estudantes do ensino médio de uma cidade no extremo sul da Bahia se identifiquem como mulheres? Quais marcadores de gênero, raça, classe, geração e territorialidade estão presentes na forja da feminilidade de adolescentes estudantes da rede pública de educação de uma cidade do interior do nordeste brasileiro? Quais são os silêncios, constrangimentos e medos que marcam as experiências de meninas e mulheres? Qual o compromisso de educadoras e da Universidade Pública diante dessas questões?

A negação da autonomia e da sexualidade das mulheres é um marco na nossa sociedade e se manifesta de inúmeras formas. Seja no apagamento das mulheres lésbicas nos programas de prevenção às Infecções Sexualmente transmissíveis (que revela como socialmente resistimos a admitir a possibilidade de intercurso sexual sem a presença masculina), a criminalização do aborto (que infantiliza às possibilidades das mulheres gerirem seus próprios corpos e efetivamente decidirem sobre o melhor momento de ter um filho), a redução da contracepção a intervenções medicamentosas e cirúrgicas nos corpos femininos (vide a ausência de diálogo sobre métodos contraceptivos para homens), a ausência de prioridade dos governos na implantação de creches públicas (impondo a permanência das mulheres no ambiente doméstico ou em trabalhos de baixa remuneração), na precariedade com que abordamos às relações de gênero na formação de profissionais de educação, saúde, e direito (agentes que formam pessoas e subjetividades, operacionalizam cuidado e garantia de direitos, respectivamente) dentre outros sintomas de como nossa sociedade ainda se estrutura sobre um marco patriarcal de controle das mulheres.

Diante dessas e de outras muitas problemáticas que fervilhavam em nossas reflexões coletivas desenvolvemos o Projeto de Extensão: “Sangue, Suor e Empoderamento: oficinas sobre saúde e auto- conhecimento corporal para adolescentes e mulheres estudantes da rede pública de Teixeira de Freitas – BA” submetido ao edital 14/2018 da Pró-Reitoria de Sustentabilidade e Integração Social (PROSIS) da Universidade Federal do Sul da Bahia. A proposta consiste em ciclos de oficinas numa escola pública do ensino médio da cidade e na adequação destas oficinas junto à comunidade acadêmica da própria universidade. Neste artigo abordaremos a experiência das oficinas com as estudantes secundaristas, esse recorte se dá devido às implicações das diferenças de idade, escolaridade e acesso a informações nas análises que foram produzidas pelas participantes, sendo necessário qualificar as reflexões a partir dessas singularidades contextuais.

A Educação Básica, especificamente o nível médio, ainda possui um currículo fechado, no qual em sua maioria, trabalha conteúdos oriundos de livros didáticos e planejamentos que se destoam das realidades locais de seus estudantes, que por vezes levam a um não reconhecimento das adolescentes com os assuntos ofertados. Paulo Freire (1996) realiza uma dura crítica em relação a esse modelo

de educação conservadora, que coloca o estudante como passivo frente ao seu aprendizado. Essas considerações explicitam a importância em desenvolver ações que busquem uma dialogicidade nos ambientes de educação, em que segundo Freire (1987) o diálogo contribui agindo em prol da liberdade das pessoas. No caso das meninas e mulheres o espaço escolar se torna muitas vezes mais um ambiente de repressão a seus corpos e suas potencialidades. O corpo é o primeiro território que ocupamos e administramos. A gestão dessa unidade não se resume aos cuidados físicos e aos hábitos de higiene, mas também é influenciada por percepções e construções historicamente situadas, politicamente debatidas, economicamente possíveis. Nesse sentido, cabe destacar que os corpos não são neutros, são atravessados por relações seculares de poder que estruturam nossa sociedade como uma organização racializada, generificada e estratificada economicamente, assim corpos individuais não são portadores de uma essência psíquica ou de uma individualidade pura, pelo contrário, são sujeito e sociedade se organizam de forma imbricada como numa dança onde poder e resistência se movimentam a todo tempo.

Destacamos nessa proposta a necessidade de se historicizar e politizar as construções elaboradas sobre os corpos femininos, campos de batalha desde o marco civilizatório da colonialidade (LUGONES, 2008) e que são até os dias atuais objeto de controle e apropriação pública e privada (RICH, 2012). O ambiente escolar, instituição social e política, não se limita ao ensino, nem tampouco está neutra sobre essas questões. Como aponta Tarcisio Juarez Dayrell (2001) a escola se configura como um espaço sociocultural, no qual diferentes relações são estabelecidas, vivências são experienciadas e diferentes aprendizados são desenvolvidos. Relações que constroem subjetividades, que podem fissurar ou ratificar proposições sobre as mulheres, seus corpos e seu lugar na organização social. Diante disso abordamos três temas que perpassam experiências de meninas e mulheres como base das intervenções que realizamos: saúde menstrual, saúde sexual e saúde mental associada a autoimagem, sendo denominadas respectivamente de Sangrias, Árvore dos Prazeres e A mulher no Espelho. Assim, o objetivo deste trabalho foi produzir intervenções junto a um grupo de meninas e mulheres estudantes do ensino médio de uma escola do extremo sul baiano problematizando mitos e tabus sobre menstruação, sexualidade, capacidade reprodutiva e padrões estéticos, visando fomentar a saúde sexual, menstrual e psicológica entre estas.

Por saúde menstrual definimos a compreensão do ciclo menstrual como fator que compõe a potencialidade reprodutiva de meninas e mulheres e que não implica em si em aspectos danosos ou desagradáveis que são recorrentemente associados a este período - odores, sujeira, impureza, sendo que muitos desses aspectos estão associados ao uso de produtos químicos e industrialmente produzidos para conter ou disfarçar a menstruação. Negativar o período menstrual implica em produzir sentimentos adversos em meninas e mulheres sobre si mesmas, afinal, a menstruação é parte da realidade da maior parte das pessoas que convivem com um útero e ainda assim continua sendo um tema pouco abordado na academia. No que tange a Saúde Sexual cabe reconhecer o protagonismo de grupos feministas que impulsionaram compreensão da sexualidade e da reprodução como direitos o que permitiu o reconhecimento destes na IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em 1994 no Cairo, a

partir da qual o grupo HERA (Health, Empowerment, Rights and Accountability – Saúde, Empoderamento, Direitos e Responsabilidade) produziu a definição que baseou o trabalho que desenvolvemos:

A saúde sexual é a habilidade de mulheres e homens para desfrutar e expressar sua sexualidade, sem riscos de doenças sexualmente transmissíveis, gestações não desejadas, coerção, violência e discriminação. A saúde sexual possibilita experimentar uma vida sexual informada, agradável e segura, baseada na autoestima, que implica abordagem positiva da sexualidade humana e respeito mútuo nas relações sexuais. A saúde sexual valoriza a vida, as relações pessoais e a expressão da identidade própria da pessoa. Ela é enriquecedora, inclui o prazer e estimula a determinação pessoal, a comunicação e as relações (HERA, 1999 apud CORRÊA; ALVES; JANUZZI, 2006, p. 45).

Sobre os aspectos que se referem a saúde mental de mulheres e meninas partimos da Psicologia Social no intento de rever o modo de historicamente abordamos a subjetividade e a saúde mental de mulheres como um dado condicionado ao biológico e investimos no debruçar-se sobre os efeitos da estrutura patriarcal nestas, coadunando com Kleber Prado Filho e Simone Martins (2007, p. 16);

Descentrar a análise da subjetividade deste eixo habitual do desenvolvimento da personalidade e da identidade, tomando-a como resultado da dispersão de forças sociais, implica tratá-la como figura histórica que não tem centro, permanência, inerência ou substância, nem qualquer sentido, naturalizante, biológico, genético ou determinista, e pensá-la em movimento, como virtualidade, efeito holográfico que existe concretamente ali onde não há nada de palpável.

Todas as intervenções ocorreram no mês de novembro de 2018 e tinham como fio condutor a problematização de imperativos sociais que são recorrentemente reproduzidos sobre a menstruação, a sexualidade e a aparência de meninas e mulheres e que reverberam em aspectos da saúde física e mental destas. A construção social do feminino como correlato simbólico da natureza corresponde a uma estratégia eficaz de redução de suas possibilidades e ambições. De acordo com Sherry Ortner (1979) a associação das mulheres a natureza se dá num esquema binário onde os homens são associados a cultura/civilização. Essa lógica intenta afirmar a superioridade masculina haja vista a concepção moderna/colonial de que a natureza precisa ser domesticada, explorada, civilizada (LUGONES, 2008). Esse projeto de controle, exploração e normatização não se dá apenas no âmbito individual das relações, pelo contrário, de estende por toda malha social através de discursos de poder que normatizam e patologizam experiências e conformam a subjetividade de meninas e mulheres a partir de cerceamentos historicamente definidos.

Portanto, desenvolver ações que promovam a criticidade de adolescentes e mulheres nos ambientes formais de educação corrobora para uma dimensão crítica frente às problemáticas oriundas de séculos de dominação patriarcal e propõe uma lógica de educação dialogada e centrada nas demandas das pessoas envolvidas, ou seja, partindo de demandas silenciadas sobre a saúde menstrual,

sexual e psicológica dessas jovens, possibilitando espaços de interação e dirimção de dúvidas e conflitos que podem acarretar em adoecimento físico e psíquico.

## **METODOLOGIA**

A partir da negociação com a direção da escola ficou definido que o projeto seria realizado junto a estudantes do segundo e do terceiro ano do turno vespertino. As datas e horários dos encontros foram indicados pela escola em atenção a dinâmica das aulas. Solicitamos que iríamos trabalhar com estudantes do gênero feminino, o que foi atendido sem resistência. Essa abordagem considerou que a presença de colegas do gênero masculino poderia produzir inibição nas estudantes. Em nenhum momento foi vetado a participação de adolescentes transexuais, ao mesmo tempo nenhum caso foi mencionado nem pela diretoria da escola nem pelas adolescentes ao longo das oficinas. A invisibilidade dessa experiência não significa que ela não exista, mas pode ser um efeito do ambiente conservador que caracteriza essa cidade do interior da Bahia.

A equipe de execução consistia em três estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Sul da Bahia e a professora orientadora do projeto. Cada oficina tinha uma estudante como mediadora principal, uma como relatora e uma como auxiliar, sendo que todas ocuparam todas essas funções em algum momento garantindo a circularidade e horizontalidade do processo. Em todos os encontros foi repetido ao grupo que aquele era um espaço seguro de troca e que não estávamos ali na posição de ensinar, mas sim de partilha. Cabe destacar que em nenhum momento pressupomos neutralidade, pelo contrário, há um fator crucial nessa experiência: éramos todas mulheres negras na equipe de execução, estudantes e professora de Psicologia ocupando um lugar que historicamente não estava previsto para nós. Nossos corpos produziam por si um efeito: éramos mulheres em um lugar historicamente de privilégio e éramos muito parecidas com as adolescentes e mulheres que estavam ali naquela escola o que nos possibilitou uma aproximação singular com o grupo, estávamos de posse do lugar sociologicamente privilegiado que Patrícia Hill Collins (2016) indica que as mulheres negras ocupam. Ao abordar temáticas parcamente consideradas no ambiente acadêmico, bem como por considerar que aspectos referentes à saúde das mulheres e meninas negras sejam abordados com elas e não sobre elas, rompemos com a lógica colonial que marca a história da universidade pública onde grupos historicamente minorizados são considerados objetos de nossas intervenções, nessa experiência recusamos o lugar de saber que se outorga aos acadêmicos e propusemos a essas estudantes um ciclo de encontros onde pudéssemos falar e escutar sobre aspectos de nossas vidas que geralmente não são considerados.

A primeira intervenção foi “Sangrias”, desenvolvida em 4 momentos, o primeiro momento usamos a estratégia do “quebra-gelo” para possibilitar descontração com o grupo, pedimos que as participantes se dividissem em duplas, e o critério de formação eram 1 - pessoas que não conheciam; 2 - pessoas que não tinham muito contato, orientamos que, tentasse conhecer alguma informação da sua dupla, e em 5 minutos estas apresentariam uma a outra.

O segundo momento, iniciamos uma dinâmica de “Mitos e Verdades” para proceder a oficina, usamos 7 frases, 1. “Quando estamos menstruadas precisamos ficar em casa”; 2. “Não faz bem lavar o cabelo quando estamos menstruadas”; 3. “Cozinhar menstruada faz a comida estragar”; 4. “É coisa de mulher suja deixar o sangue amostra na lixeira quando vamos nos trocar”; 5., “A menstruação é fedida”; 6. “Vagina naturalmente tem um mau cheiro”; 7. “A menstruação é a forma do corpo descartar o sangue ruim no nosso corpo, usado para remover doenças e infecções”. As primeiras frases se referem a crenças locais sobre a menstruação, pensadas como uma forma de aproximação com a temática, ao passo que as afirmações vão se tornando mais graves a partir da metade do repertório. Foram distribuídos cartões escritos “Sim” e “Não”, para que com a medida que as afirmações eram feitas, as participantes pudessem se posicionar, e iniciasse as discussões com as dúvidas levantadas. O terceiro momento, fomentou o compartilhamento das experiências individuais das participantes e como essas experiências eram marcadas por essas ideias que foram lidas anteriormente, para facilitar a abertura usamos a frase “Como foi a sua primeira menstruação?”. O quarto momento, fizemos a exposição de outros absorventes, como tentativa de fomentar informações, e opções para o autocuidado no período menstrual.

No segundo encontro realizamos a “Oficina Árvore dos Prazeres”. Esta é a única entre as três que não foi elaborada pela equipe, sendo adaptada da publicação do Ministério da Saúde intitulada Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação (BRASIL, 2005), onde esta e outras estratégias de intervenção voltadas para adolescentes e jovens são propostas como meios de garantia da saúde sexual e da saúde reprodutiva desse público. O uso dessa oficina na formação de estudantes de Psicologia é relatado na literatura como uma abordagem bem-sucedida de aproximar as futuras psicólogas dos serviços de saúde e da abordagem da saúde sexual e da saúde reprodutiva junto a jovens e adolescentes (LIMA, BRITO E FIRMINO, 2011). Dividimos a oficina em 4 momentos, fizemos a distribuição de cartões, e pedimos que escrevessem anonimamente o que as fazem sentir prazer. Na segunda leva de cartões, a orientação passada as estudantes foi a de escrevessem os riscos dos prazeres apresentados inicialmente. No terceiro momento pedimos que estas, descrevessem métodos de prevenção aos prazeres pontuados. Durante todo o processo e escrita e abertura dos cartões, houve discussões direcionados pelas participantes, através das dúvidas e pontuações.

A última etapa do projeto foi a intervenção “A mulher no espelho”, foi dividida em 4 momentos, primeiro usamos uma técnica de relaxamento corporal, com o intuito de aumentar a atenção para seus próprios corpos, se percebendo, e refletindo como todas essas partes eram importantes, alterando a agitação costumeira por um momento de relaxamento coletivo. No segundo momento, distribuímos papéis, onde as participantes puderam expressar seus descontentamentos em relação ao seu corpo, de forma anônima, e com a abertura dos papéis, pudessem falar sobre os pontos pontuados, e como muitos desgostos eram produções coletivas. No terceiro momento, o vídeo Super Vênus foi exibido com o intuito de mostrar como padrões mudam com o tempo, com a tentativa de fazer as participantes recuperarem em suas histórias quando começou a não gostar das partes apontadas nos cartões. O quarto momento foi exibido um trecho do vídeo “Mulheres Negras: Projetos de mundo” e “O teu cabelo não nega”, os

quais nortearam os diálogos, a vivências voltadas para às questões raciais, visto que mais de 95% das meninas e mulheres da sala, eram negras.

Em todos os encontros ao fim das etapas descritas acima nós entregamos cartões em branco onde as participantes pudessem expressar suas impressões, críticas, sugestões. Também sinalizamos que caso elas tivessem dúvidas que não quiseram/conseguiram expressar por algum motivo elas poderiam colocar nos cartões, sem necessidade de identificação. Através dessas escritas anônimas elas poderiam superar possíveis barreiras de constrangimento e timidez, além de possibilitar um diálogo que auxiliasse na condução das atividades. Ao fim de cada encontro a equipe se reunia para relatar suas impressões e por fim líamos coletivamente os cartões. A seguir apresentaremos algumas reflexões analíticas sobre os elementos que compuseram a experiência desse projeto de extensão.

### **SANGRIAS: VAGINAS QUE SANGRAM E MITOS SOCIAIS SOBRE MENSTRUAÇÃO**

Abordar a temática da menstruação demanda que falemos também da relação que meninas são vedadas de estabelecer com suas genitálias. A vagina é recorrentemente lida como fedida, nojenta, feia. Essas questões apareceram nos relatos das participantes, uma delas questionou: “todo mundo diz que vagina tem cheiro de bacalhau, mas ninguém diz que o pinto do homem também fede”. De acordo com Gayle Rubin (2003) uma das formações ideológicas sobre o pensamento sexual mais proeminentes no mundo ocidental é a negatividade sexual. Baseada em pressupostos religiosos que concebem a sexualidade como inerentemente pecaminosa esta postula que a genitália é uma parte inferior do corpo, não devendo ser explorada nem manuseada sem necessidade (RUBIN, 2003). Essa leitura corrobora a afirmação das participantes à pergunta “Vagina naturalmente tem um mau cheiro?”. Diante da afirmação “Quando estamos menstruadas precisamos ficar em casa” às participantes afirmaram que não, mas ao explicarem lamentaram não haver essa possibilidade. Muitas sinalizaram que prefeririam não sair quando estão menstruadas devido às dificuldades de higiene em locais públicos (falta de papel higiênico, sabão nos banheiros para lavar as mãos, banheiros sujos), como na escola. Isso fala de um problema pouco abordado: como as instituições ainda não são pensadas para atender às demandas das mulheres.

Muitas relataram que evitam dormir fora de casa, ir à escola, e em um *continuum* constrangimento, também evitam falar sobre o assunto, principalmente perto de homens, além de esconder o absorvente e a existência da presença da menstruação, como se a simples menção a esta de alguma forma indicasse uma desvalorização. Esse silêncio é preocupante. A despeito de uma visão reducionista que centra a menstruação como um fenômeno estritamente biológico, faz-se necessário compreender como o silêncio sobre essa experiência produz riscos à saúde de meninas e mulheres que muitas vezes não tem acesso a informações sobre o que é ciclo menstrual, período fértil, ovulação, bem como outros fatores que podem ser sinais de adoecimento como em casos de endometriose, síndrome de ovários policísticos, como outros problemas ginecológicos que devem e podem ser reconhecidos em seus estágios iniciais e que muitas vezes, por medo ou vergonha, são agravados pela falta de diálogo. Assim a

manutenção e reprodução de tabus e constrangimentos sobre a menstruação impactam diretamente a saúde dessas mulheres e adolescentes. José Roberto da Silva Bretas e et al (2011) após pesquisa sobre as representações de adolescentes sobre a menarca destacam que esta experiência pode ser associada com medo, restrições alimentares e sociais, fertilidade ou infertilidade e distanciamento. Destacam ainda que:

Observamos que as meninas ficam bastante vulneráveis ao deparar-se com a menarca, o desconhecimento aliado a uma cultura cercada por mitos e tabus, coloca-as em situações de riscos, como a gravidez na adolescência. Assim, o significado da menarca para essas meninas está carregado sentimentos de terror e maus presságios, fato que atribuímos ser decorrente de uma cultura que não valoriza o diálogo e o conhecimento das questões referentes ao corpo. (BRETAS et al, 2011, p. 255).

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg (1994) aponta a necessidade de considerar a menstruação como um objeto caro para a análise antropológica. Em muitas sociedades simboliza a passagem da fase infantil para a adulta, em muitas são marcadas por ritos festivos que marcam publicamente perante a sociedade essa transição. Em outros contextos, a menstruação é estigmatizada como algo depreciativo, ruim, imundo, e impuro, associados a motivo de vergonha, portanto, algo que deve ser vivido às escondidas. No caso das experiências compartilhadas ao longo da oficina fica evidente que estamos localizadas nesse último contexto. Ao perguntarmos “É coisa de mulher suja deixar o sangue amostra na lixeira quando vamos nos trocar” ao que a maioria das adolescentes sinalizaram que sim, bem como responderam afirmativamente a proposição: “A menstruação é fedida”. Essas afirmações apontam para um cenário social onde o corpo feminino é estigmatizado de forma estrutural. Maria Clara Estanislau do Amaral (2003), em pesquisa realizada com 64 mulheres constatou que segundo a compreensão da maioria a menstruação é vista como algo vergonhoso, que precisa ser escondido, tal como relacionam a dor como algo natural, portanto uma condição do corpo feminino. Para Kate Millet (1975) a subordinação das mulheres nas sociedades é constituída por uma teia complexa de aspectos biológicos, sociológicos, econômicos, antropológicos, psicológicos e educacionais. Esse corpo que sangra por uma ‘ferida’ constantemente aberta, a impureza dos corpos que sangram, gestam, parem, abortam e amamentam, o que a priori seria uma função fisiológica no seio da cultura é um acervo de significados socialmente construídos.

A última afirmação foi a que mostrou mais variação. Todas as participantes responderam negativamente a afirmação: “A menstruação é a forma do corpo descartar o sangue ruim no nosso corpo, usado para remover doenças e infecções”. Elucubramos que os diálogos e problematizações produzidos pela equipe podem ter produzido reflexões sobre as afirmações que correntemente são difundidas sobre a menstruação, fazendo com que o grupo não concordasse com a ideia de impureza do sangue menstrual. Reforçamos essa suspeita pelos achados de Amaral (2003) que identificou que após as rodas de conversas as integrantes demonstravam estar mais unidas, e fortalecidas, além de ter mais compreensão sobre o funcionamento do próprio corpo e também pelo retorno positivo que tivemos nos cartões de avaliação distribuídos ao fim da atividade; destacamos: “esse é um assunto que nunca é falado, foi bom conversar com vocês” e “foi ótimo,



adorei, da próxima tragam lanche”, pedido que acatamos nos encontros posteriores.

## ÁRVORE DOS PRAZERES: O DESEJO COMO TABU E A VIOLÊNCIA COMO PIADA

Apesar de ser direcionada para abordar prazeres, riscos e possibilidades de prevenção ligadas a sexualidade (BRASIL, 2005) a oficina Árvore dos prazeres possibilita que possamos abordar outros temas a partir da singularidade dos grupos com que a desenvolvemos. Destacamos nessa experiência a associação do desejo como tabu e da violência sexual como uma piada. Quando solicitamos as participantes que escrevessem seus prazeres nos primeiros cartões elas mostraram muitas dúvidas sobre o que poderia ser um prazer. Algumas falavam que não faziam ‘essas coisas’ ao passo que indicavam outras como aquelas que ‘pegam todo mundo’. A dinâmica de negação da própria sexualidade em oposição a hipersexualidade de outras corrobora as postulações de Maria Lugones (2014) sobre como o processo de desumanização das mulheres se dá em sentidos opostos: enquanto as mulheres negras e indígenas são bestializadas como seres lascivos e selvagens, às mulheres brancas são associadas a um ideal de passividade e domesticidade que remonta aos animais pequenos, domésticos, para essas a sexualidade não é mais do que uma reverberação do amor romântico. Essa distinção é ainda mais visível numa turma majoritariamente negra onde a única pessoa fenotipicamente branca reitera a própria virgindade como um mérito, denunciando como a lógica patriarcal de qualificação moral das mulheres por suas condutas sexuais ainda não foi superada e se reproduz inclusive entre aquelas mais jovens.

A maioria dos prazeres listados foram ligados a comida, lavar o cabelo, dormir. Alguns que se destacaram dos demais sinalizavam o prazer de ficar com os filhos, se maquiar, estar na presença de Deus. No que tange aos cartões que apontavam prazeres diretamente ligados a sexualidade os comentários jocosos prosseguiram ao momento de leitura dos cartões e colagem destes na árvore. Prazeres como sexo oral, masturbação, sexo, massagem no corpo todo, beijos espalhados pelo corpo e pegar na bunda do *boy* foram lidos ao som de risinhos e especulação sobre quem teria escrito. Sinalizamos que a intenção não era identificar quem eram as autoras, mas sim entender que as pessoas podem sentir prazeres de formas distintas e que não tem nada demais nisso. Quando indicamos que elas deveriam escrever os riscos dos prazeres anteriormente listados a maior parte citou riscos referentes a prática sexual e a comida. Engravidar, Infecções sexualmente transmissíveis e engordar são os maiores riscos que o coletivo identificou entre os prazeres listados. A gravidez foi apontada como um risco do sexo e perguntamos se esse risco era inerente a todas às práticas sexuais, sinalizando que sexo não se resumia a penetração. A resposta do grupo foi automaticamente associar a práticas homoeróticas, comentando sobre colegas de outras turmas que possivelmente são “sapatão”. O tom de recriminação corrobora a postulação de Gayle Rubin (2003, p.15) sobre a teoria dominó do perigo sexual que restringe a sexualidade a um único modo aceitável:

De acordo com esse sistema, a sexualidade que é “boa”, “normal”, e “natural” deve idealmente ser heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não-comercial. Deveria ser em casal, relacional, na mesma geração, e acontecer em casa. Não deveria envolver pornografia, objetos fetichistas, brinquedos sexuais de qualquer tipo, ou outros papéis que não o masculino e feminino. Qualquer sexo que viole as regras é “mal”, “anormal” ou “não natural”. O sexo mal pode ser o homossexual, fora do casamento, promíscuo, não-procriativo, ou comercial. Pode ser masturbatório ou se localizar em orgias, pode ser casual, pode cruzar linhas geracionais, e pode se localizar em lugares “públicos”, ou ao menos em moitas ou saunas. Pode envolver o uso de pornografia, objetos fetichistas, brinquedos sexuais, ou papéis pouco usuais.

Ao pensarmos em como enfrentar os riscos que foram apontados foi recorrente a menção às pílulas contraceptivas e a dificuldade de aceitação dos parceiros em utilizar o preservativo masculino. Esses relatos reiteram o que a literatura vem apontando como a imposição da contracepção como responsabilidade exclusivamente feminina. Pesquisas como a de Paula Rita Bacellar Gonzaga (2015) na capital baiana e Susana Rostagnol (2012) com mulheres uruguaias destacam como é grave e sintomática a resistência dos parceiros em utilizar o preservativo, o que denuncia um processo de desresponsabilização dos homens com a contracepção e tem sérias implicações no aumento de ocorrência tanto de gravidezes não planejadas como de transmissão de infecções sexualmente transmissíveis (IST), um exemplo disso é o fenômeno denominado feminização do HIV. Em um dado momento uma das estudantes sinalizou como possibilidade de prevenção a prática do coito interrompido que não impede nem o contágio de IST's, nem tampouco gravidezes não planejadas. A fala dela poderia ser discrepante se as demais tivessem corrigido ou questionado essa afirmação, o que só ocorreu depois que a equipe executora entrevistou e explicou os motivos pelos quais o coito interrompido não era uma prática segura, ao que a adolescente e várias outras sinalizaram que então estavam tendo muita sorte.

Já estávamos quase encerrando quando três adolescentes começaram a rir muito, pedimos que compartilhassem conosco, ao que uma delas narrou:

*“tem uma menina aqui na escola, agora ela tem 14 anos, aí vocês tavam falando de proteção em sexo oral e a gente lembrou que ela fica contando agora que ela foi abusada quando tinha 12 anos, mas não foi, ela foi pra casa de um menino que era namorado dela e chegando lá os amigos dele tavam lá também e ela fez sexo oral nos quatro. Antes ela contava de boa, agora fica querendo aparecer que foi abusada, que ela não queria. Aí ela fica usando isso como desculpa pra não fazer sexo oral no namorado dela de agora, fica dizendo que tá traumatizada”.*

Enquanto ela contava outras interrompiam para dizer que ela “tinha fama”, “que antes ela tinha gostado” “que ela queria prejudicar os meninos”, algumas riam, outras pareciam constrangidas. Problematizamos com o grupo o que consentimento significava e que independente do trauma ou não, ninguém deveria se sentir na obrigação de fazer nenhuma prática sexual se não desejasse,

mesmo que com o namorado, mesmo que com o marido. Algumas meninas voltaram a relativizar a história ao que intervimos sinalizando que uma denúncia de violência sexual nem sempre vem no momento seguinte a quando isso acontece. Sentimentos ambíguos, inclusive produzidos pela negação de legitimidade da denúncia podem fazer com que a sobrevivente do abuso relativize essa experiência.

Para Lilia Blima Schraiber e colaboradoras (2009) a violência contra às mulheres é um problema de saúde que foi historicamente negado pela comunidade científica e que atinge seu ápice em contextos onde a aceitação da violência é naturalizada, como presenciamos no discurso de uma parte das estudantes que participavam da oficina. Outras, ao escutarem nossas pontuações sobre consentimento e como deveríamos nos sensibilizar com denúncias de violência sexual principalmente quando temos registros que indicam que uma mulher é violentada a cada 11 minutos no Brasil - e que esse número possivelmente ainda é distante do número real devido a subnotificação desse tipo de violência - se manifestaram sinalizando o incômodo com às afirmações das colegas sobre a conduta da adolescente que tem denunciado o abuso e relataram casos de amigas, familiares e vizinhas que foram vítimas de violência sexual em suas casas, igrejas e por pessoas de confiança.

De acordo com Kate Millet (1975) é preciso pensar a relação entre os sexos como uma relação política e dentro desse contexto a sexualidade não é um componente natural da intimidade, mas um dos caminhos através do qual se mantém a sobrevivência do modelo arcaico de domínio do macho. Nesse sentido é grave que ainda se reproduza entre grupos mais jovens a culpabilização das vítimas como instrumento de relativização e desresponsabilização das práticas violentas dos homens. Ao fim dessa oficina alguns cartões de avaliação versavam sobre essa questão, destacamos dois deles aqui: *“seria bom falar mais sobre trauma por causa de violência”* e *“Uma vez quando eu era mais nova o marido da minha tia me ofereceu dinheiro pra eu fazer sexo com ele. Ele tava lá na minha casa”*. Esses relatos reforçam a urgência de falar sobre consentimento e violência sexual com meninas, meninos, adolescentes, jovens, é preciso que compreendamos nossa função enquanto sociedade civil de proteger esse grupo social das práticas de exploração e abuso naturalizadas pelo sistema de gênero moderno/colonial (LUGONES, 2008)

## **A MULHER NO ESPELHO: SOBRE CABELOS, PRIVILÉGIOS E PRECONCEITOS**

Conceber as mulheres como sujeitos complexos dotados de racionalidade, subjetividade, psiquismo configura-se como um desafio para a lógica patriarcal que reduz tudo isso a um modelo branco, magro e jovem de beleza, escapar desse padrão implica em ser negada como sujeito na sociedade. De acordo com o IBGE na Bahia 76,3% da população declara-se preta e parda, o que compõem a população negra, na escola onde nos inserimos esses números eram visíveis. No primeiro encontro apenas uma estudante apresentava fenótipo branco. No segundo duas estudantes e no terceiro duas estudantes. Uma dessas estudantes esteve presente em todos os encontros e no último levou uma prima sua para participar do encontro, também fenotipicamente branca. A despeito da maioria da

turma ser composta de jovens pretas e pardas era perceptível a distinção entre a segurança da única adolescente branca e das demais. Numa dessas situações uma adolescente negra chegou a dizer - *“quem é doída de discordar dela?”*.

Como propõe Carneiro (2002) o Ser constitui-se ao constituir o Não-Ser, nesse sentido quando falamos das mulheres negras, cabe retomar a denúncia de Hill Collins (2000) de que a experiência de mulheres não brancas pode ser definida como uma generalizada matriz de opressão, fundindo raça, classe e gênero. Considerando que essa matriz de opressão produz mal-estar psíquico e auto ódio e que em no caso das mulheres um dos mecanismos de produção de auto ódio é a desvalorização da aparência física organizamos este encontro a partir de duas grandes questões norteadoras: quando passamos a desgostar de determinadas partes do nosso corpo e a aceitação do cabelo crespo e da estética negra, sendo que foi a segunda questão a que mais mobilizou o grupo.

Após as participantes escreverem anonimamente as partes do corpo que menos lhes agradava nos cartões, a condutora leu os cartões e problematizou quando passamos a não gostar dessas partes. Uma das adolescentes relatou: *“A gente tem espelhos como referências, e quando nós olhamos e não refletimos isso, não gostamos do que vemos. A produção de auto ódio pela própria aparência muitas vezes é lida como uma problemática individual, internos à subjetividade de cada sujeito. Nesse sentido coadunamos que essa é uma percepção equivocada e reducionista. Coadunamos com Prado Filho e Martins (2007) quando defendem que a subjetividade não é inerente aos seres humanos, pelo contrário, forma-se a partir de enunciados provenientes de diversos discursos, sendo, portanto, uma produção histórica.*

bell hooks (2005) defende que a junção do racismo com o sexismo tem efeitos de recalque significativo na produção do que se transmite através dos meios de comunicação. De acordo a autora as manifestações da publicidade reforçam ações cotidianas onde a beleza não é um atributo possível, mas sim uma meta a ser alcançada a partir de intervenções que alteram o fenótipo das mulheres negras, principalmente o cabelo (hooks, 2005). Dentre esses meios de comunicação podemos destacar a internet, mais especificamente as redes sociais, como sendo grandes propagadores de padrões de beleza exigidos pela sociedade e com grande reverberação na sociedade contemporânea, especialmente entre adolescentes e jovens, como nos relataram algumas das participantes, uma delas afirmou: *“Sigo várias blogueiras no Instagram com corpos que claramente não são iguais ao meu”*.

A ausência de representatividade também apareceu nos relatos das adolescentes quando apresentamos os vídeos mencionados na metodologia. A ideia de segregação social a partir da aparência, principalmente da aparência que escapa do padrão da branquitude vai além da esfera da aparência, como fica nítido nesse relato:

*“Aqui é assim, pra você conseguir um emprego você tem que tá de tal jeito, maquiada, arrumada, com o cabelo baixo, tem uma clínica mesmo que eu vou lá e fico olhando, não tem nenhuma recepcionista negra, nunca teve. Minha cunhada trabalhava numa loja e por mais que ela se dedicasse sempre reclamavam da aparência dela, ela não podia nem sonhar em*

*ir lá sem estar com o cabelo **arrumado** (grifo nosso) enquanto a moça branca que trabalhava lá podia ir de qualquer jeito e ninguém dizia nada”.*

Após a exibição de trecho do documentário *Mulheres Negras: Projetos de mundo* onde a cantora Preta Rara fala sobre os mecanismos de reiteração do lugar da mulher preta como doméstica muitas estudantes corroboraram com suas próprias experiências, assim como a equipe executora. Patricia Hill Collins (2000) denomina de imagens controladoras os mecanismos simbólicos que possibilitam a naturalização e manutenção do racismo, do sexismo e da pauperização das mulheres negras. Essas imagens controladoras - a mãe preta e a mulata - são eficientes na agudização das desigualdades entre as mulheres brasileira e tolgem as possibilidades de expressão autêntica da subjetividade dessas meninas e mulheres em prol de tentativas de manutenção da vida. Isso se agrava num contexto de interior onde as possibilidades de empregabilidade são limitadas. Ao identificar o cabelo como um fator que pode ser definidor nas possibilidades de manutenção ou perda do emprego as adolescentes apontam como o racismo estrutural, ainda naturalizado na sociedade brasileira, é definidor de como lidaremos com nossos corpos e nossos cabelos. De acordo com hooks (2005) é preciso considerar como o patriarcado racista e capitalista compõe um contexto social que apresenta o alisamento dos cabelos de meninas e mulheres negras como possibilidade de aproximação com o modelo branco de humano, produzindo um auto ódio que fomenta baixa autoestima e facilita a introjeção do racismo como modo de ver a si mesma e as demais pessoas negras.

Esse encontro foi, definitivamente, o que mais movimentou o coletivo. Muitas adolescentes contaram suas histórias com seus cabelos. Histórias de alisamento que datavam dos seus 5, 6 anos de idade, outras compartilharam as dificuldades do processo de transição, compartilhamos também nossas histórias - enquanto mulheres negras que também vivenciaram e vivenciam esses processos - sobre aceitação do nosso cabelo crespo, da ideia do cacheado perfeito e outras falácias. Talvez por esse momento ter uma fluidez e um tom de partilha tão singular que tinha como centralidade a experiência de mulheres negras - o que é tão raro no contexto de racismo estrutural - provocou incômodo em duas adolescentes. Uma delas explanou:

*“não é só vocês que sofrem preconceito, eu mesmo quando fui fazer a seleção do meu estágio o gerente falou que eu tinha que usar menos pulseira porque eu andava cheia de coisas, tinha um visual muito carregado. E até meu pai mesmo, ele já disse que se eu não penteasse meu cabelo que ele ia cortar bem curtinho, já tem seis anos que eu não penteio o cabelo e meu pai sempre reclama.”*

Essa afirmação, que é apenas um recorte da longa fala proferida pela adolescente e seguida por sua prima retratam a constatação de Lia Vainer Schucman (2012) de que as pessoas brancas aprendem a ser racistas por construção social. Ao investigar em sua tese de doutorado sobre a branquitude a autora aponta como a construção sócio histórica da branquitude se sustenta na ideia mítica da superioridade racial dos brancos. Essa superioridade não produz apenas os discursos de ódio que são facilmente reconhecidos como racistas. Num contexto estruturalmente organizado pela hierarquização racial todo discurso

deve ter como centro a branquitude, todo modelo deve ser branco e toda atenção deve centrar-se nas questões próprias da comunidade branca (SCHUCMAN, 2012). Ao ter como público alvo de uma ação a população negra, mesmo quando são maioria, produzimos uma fissura no ego que a branquitude forjou, furtamos seus privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos, deslocamos o protagonismo e isso reverbera em como lemos os fenômenos sociais. Nesse sentido a presença de corpos negros em espaços de poder e privilégio são fundamentais para romper com o pacto da branquitude (SCHUCMAN, 2012) e produzir possibilidades de representatividade que rompam com às imagens controladoras (COLLINS, 2000) pré-definidas para às mulheres negras.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto aborda a experiência do projeto de extensão “Sangue, Suor e Empoderamento: oficinas sobre saúde e autoconhecimento corporal para adolescentes e mulheres estudantes da rede pública de Teixeira de Freitas – BA” onde propomos abordar junto a um grupo de estudantes do ensino médio temáticas como saúde menstrual, saúde sexual e saúde mental no que tange a autoestima. Consideramos que o trabalho não está acabado, longe disso. Os três temas se conectam e por isso foram abordados em conjunto nesse primeiro projeto, mas a partir da experiência com as estudantes entendemos que é fundamental aprofundar em cada uma dessas temáticas que já são parcamente debatidas em muitos espaços de educação formal de modo geral, mas sobre as quais pouca ou nenhuma atenção é dada numa cidade do interior.

A saúde menstrual, termo que propomos nesse trabalho, ainda é coberta pelo véu da vergonha, dos mitos sobre o sangue menstrual e agravada pelas desigualdades de classe, raça e territorialidade, que dificulta muitas vezes o acesso a meios saudáveis de coleta e absorção do sangue. Nesse sentido, precisamos romper com a redução da menstruação como evento biológico e concebê-la como um fenômeno marcado por aspectos sócio antropológicos que vão implicar em como meninas e mulheres experienciam o estar menstruada. No que tange a saúde sexual enfrentamos um momento de grave ameaça aos direitos já garantidos em documentos nacionais e internacionais. Recusar o debate sobre sexualidade no ambiente escolar não irá cessar a prática sexual, mas sim fortalecer condutas abusivas, desprotegidas, mal informadas e violências contra crianças e adolescentes. Relatos de abuso sexual, muitas vezes justificado e naturalizado como vimos nessa experiência, acontecem todos os dias e a escola deve ser um lugar seguro para que meninas e adolescentes possam reportar caso vivenciem isso. Outro ponto fundamental que precisamos seguir abordando é a manutenção da hierarquização das mulheres pelo recorte racial o que tem reverberações na vida afetiva, na saúde mental, nas possibilidades de ascensão social de meninas e adolescentes pretas e pardas. A presença da Universidade Pública como ação afirmativa nas escolas cumpre com a obrigação social de aproximar estudantes da rede pública de ensino da universidade pública, sinalizando esse espaço como possibilidade e não como interdito.

Por fim, cabe sinalizar que esse projeto solidifica a proposta de Programa Integrado de Pesquisa, Extensão e Criação - Janaína Aparecida, coordenado pela

professora que é autora desse texto e tendo como participantes estudantes de psicologia e dos bacharelados interdisciplinares da Universidade Federal do Sul da Bahia. A proposta é sediada no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - Paulo Freire e é nomeada em homenagem a Janaína Aparecida Quirino, mulher negra esterilizada forçosamente no ano de 2018 no estado de São Paulo. A experiência do projeto de extensão que narramos ao longo desse texto foi basilar para a estruturação desta proposta que reforça nosso compromisso acadêmico, político e epistemológico com a diluição das desigualdades de gênero, raça, classe que estruturam a sociedade brasileira e com a certeza de que:

Num mundo de possibilidade para todas nós, nossas visões pessoais ajudam a montar a base para ação política. O fracasso de feministas acadêmicas em reconhecer diferença como uma força crucial é um fracasso de ultrapassar a primeira lição patriarcal. No nosso mundo, dividir e dominar precisam se tornar definir e empoderar. (AUDRE LORDE, P. 112, 1984)

## **Blood, sweat and empowerment: psychosocial interventions with young students in a city of the extreme south Bahia**

### **ABSTRACT**

This article discusses the experience of the Social Outreach Project: "Blood, Sweat and Empowerment: workshops on health and body self-knowledge for adolescents and students women from public education system of Teixeira de Freitas - BA" submitted under the Sustainability and Social Integration (PROSIS) Pro-Dean's project call 14/2018 of Federal University of Southern Bahia. The proposal starts out with the expanded conception of health to think how the stigmatization of menstruation, the reduction of female sexual reproduction and the imposition of beauty standards have led to harmful health impacts on adolescents and women in a city in the extreme south of Bahia. From the theoretical contributions of social psychology, decolonial thinking and black feminist intellectuals, we have proposed psychosocial interventions with students of the state educational system, aiming to dilute the distances between university and school education, to produce new understandings on menstrual taboos, contraceptive methods, prevention of sexually transmitted infections and self-esteem, as well as to encourage students to use the university space. This proposal has a high social relevance, considering that these issues are not adequately addressed in the academy. In addition, they directly impact the health of Brazilian women, such as the fears and constraints associated with menstruation, the reduction of sexuality and the denial of the possibility of sexual non-reproductive experience and even the impacts of living in a society highly modeled around rules, aesthetic standards disregarding the variety of bodies, colors and appearances that are characteristic of our country.

**KEY WORDS:** Menstrual Health. Sexual Health. Psychosocial Interventions. Mental health. Women students



## **Sangre, suerte y empoderamiento: intervenciones psicosociales con jóvenes estudiantes en una ciudad del extremo sur baiano**

### **RESUMEN**

El presente artículo trata sobre la experiencia del Proyecto de Extensión: "Sangre, Sudor y Empoderamiento: talleres sobre salud y auto-conocimiento corporal para adolescentes y mujeres estudiantes de la red pública de Teixeira de Freitas - BA" sometido al edicto 14/2018 de la Pro- Rectoría de Sostenibilidad e Integración Social (PROSIS) de la Universidade Federal do Sul da Bahia. La propuesta parte de una concepción amplia de la salud para pensar cómo la estigmatización de la menstruación, la reducción de la sexualidad femenina a la reproducción y la imposición de los patrones de belleza han resultado en impactos dañinos para la salud de adolescentes y mujeres en una ciudad del extremo sur bahiano. A partir de aportes teóricos de la psicología social, de las teorías descoloniales y de las producciones de intelectuales del feminismo negro, desarrollamos una propuesta de intervenciones psicosociales junto a estudiantes de la red estatal de enseñanza. Los objetivos fueron disminuir las distancias entre universidad y enseñanza escolar, producir resignificaciones sobre tabúes menstruales, métodos anticonceptivos, prevención de infecciones sexualmente transmisibles y autoestima, e incentivar que las estudiantes se apropien del espacio universitario. Esta propuesta es de alta relevancia social, pues considera factores poco abordados en la academia y que están directamente relacionados con la salud de las mujeres brasileñas, como el miedo y las limitaciones que se asocian a la menstruación, la reducción de la sexualidad y la negación de la posibilidad de vivencia sexual no reproductiva, además de los impactos de vivir en una sociedad que normatiza patrones estéticos y no considera la variedad de cuerpos, colores y apariencias que son características de nuestro país.

**PALABRAS CLAVE:** Salud Menstrual. Salud Sexual. Intervenciones Psicosociales. Salud mental. Mujeres estudiantes.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Clara Estanislau do. **Percepção e significado da menstruação para as mulheres**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas pela Universidade Estadual de Campinas) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde e prevenção nas escolas: atitude pra curtir a vida**. Brasília, DF: Ministério de Saúde, UNESCO, & UNICEF.2005.

BRETAS, José Roberto da Silva et al. Significado da menarca segundo adolescentes. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 249-255, 2012 .

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In; Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra; Orgs. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2nd ed. New York: Routledge, 2000. – Review of Black Feminist Thought in the Matrix of Domination.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. Estado**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, Apr. 2016.

CORRÊA, Sonia; ALVES, José Estauque Diniz; JANNUZZI, Paulo de Martino. Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. In: CAVENAGHI, Suzana (Org.). **Indicadores municipais de Saúde Sexual e Reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP, Brasília: UNFPA, 2006, p. 27-62.

DAYRELL, Tarcisio Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 136-161.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. **“Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador”**.2015. Dissertação (mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

HOOKS, Bell. Alisando nosso cabelo. **Revista Gazeta de Cuba** – União de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005.

LIMA, Monica; BRITO, Manuela; FIRMINO, Alice. Formação em Psicologia para a atenção básica à saúde e a integração universidade-serviço-comunidade. **Psicol.**

**cienc. prof.**, Brasília, v. 31, n. 4, p. 856-867, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000400014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000400014&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 26 nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000400014>.

LORDE, Audre. The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House. In: **Zami Sister outsider Undersong**. Freedom, CA: **The Crossing Press**, 1984.

LUGONES, MARÍA. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008.

MILLET, Kate. **Política Sexual**. México, DF, 1975.

ORTNER, Sherry. Está a Mulher para o Homem assim como a Natureza para a Cultura? In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (orgs). **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979: 95-120.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14-19 Dez. 2007.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

ROSTAGNOL, Susana. De la maternidad elegida a no ser madre (por ahora): anticoncepción y aborto en la vida de las mujeres. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 12, p. 198-223, Dec. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872012000600009&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872012000600009&script=sci_abstract&tlng=es) . Acessado em: 20 Jun. 2018.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: n. 21, p. 1-88, 2003.

SARDENBERG, Cecilia Maria Barcellar. De Sangrias, Tabus e Poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 314, jan. 1994. ISSN 1806-9584.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado Psicologia Social – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1019-1027, Ago. 2009.

**Recebido:** 28 dez. 2018.

**Aprovado:** 15 fev. 2019.

**DOI:** 10.3895/cgt.v12n40.9269

**Como citar:**

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; POSSARI, Paola Damascena; SILVA, Leticia Ferreira da; PEREIRA, Juscimara Cavalho.

Sangue, suor e empoderamento: intervenções psicossociais com jovens estudantes numa cidade do extremo sul baiano.

**Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v.12, n. 40, p. 25-44, jul./dez. 2019.

**Correspondência:**

Paula Rita Bacellar Gonzaga. Rua: Senador Antonio Fernandes, nº158, Bairro Recanto do Lago, Cidade: Teixeira de Freitas – BA. CEP: 45987-092.

**Direito autoral:**

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

